



POLÍTICAS PÚBLICAS NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS (EAU): CONSTRUÇÕES IDEACIONAIS DA CIDADANIA FEMININA

Vânia Carvalho Pinto¹

Os EAU são um país produtor de petróleo localizado no sudeste da região comumente designada de Oriente Médio. Estão localizados na Península Arábica, tendo como vizinhos a Arábia Saudita e Omã, e uma fronteira marítima com o Irã. Os EAU consistem na união federativa de sete principados tribais: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ajman, Umm al-Quwain, Ras al-Khaimah e Fujairah. A capital é Abu Dhabi.

O país foi fundado em 1971, após a retirada Britânica da região do Golfo Árabe. Antes da independência, a área era conhecida por 'Trucial States', ou seja, estados de trégua, assim denominados por referência aos acordos de trégua firmados por estes com o Reino Unido, que vigoraram por cerca de duzentos anos.

Nesta altura, e antes da descoberta do petróleo, a região Trucial era extremamente pobre, pois as condições climáticas do deserto apenas permitiam à população a manutenção de uma economia de subsistência. A situação mudou com a descoberta e comercialização do petróleo nos anos 60, e por esse motivo, a história dos EAU e do seu desenvolvimento sócio-económico abrange apenas cerca de quatro décadas.

O sistema político não se alterou significativamente com a independência (continuou baseado no sistema monárquico hereditário tribal), mas complexificou-se, pois cada principado, além da sua própria família real, também desenvolveu um governo local. O presidente da federação costuma ser o governante de Abu Dhabi, que é o emirado de maior tamanho geográfico e mais afluyente; e a vice-presidência tem pertencido, até hoje, ao Dubai.

Socialmente, os altos rendimentos derivados da venda do petróleo permitem que os cidadãos aфирam de níveis elevados de rendimentos e de qualidade de vida. Estes, contudo, constituem apenas cerca de 10-20% da população total do país. Ou seja, cerca de 80-90% dos habitantes dos EAU são estrangeiros, o que coloca sérios desafios à sustentabilidade política, económica, social e cultural do país, questões essas que serão discutidas ao longo desta contribuição a partir de uma perspectiva de género.

A independência: Percepções sócio-culturais de género

¹ Bolsista de Pós-Doutorado Júnior do Cnpq. Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.



Após a fundação do país em 1971, o recém-criado estado deparava-se com vários desafios. Destaque para uma população minúscula, níveis de literacia baixíssimos, e a inexistência de uma identidade nacional suficientemente persuasiva para agregar as lealdades das populações das sete comunidades.

Apoiado nos rendimentos petrolíferos, o estado iniciou um processo rápido de modernização, principalmente a nível económico e social, em que as mulheres foram também chamadas a contribuir para o desenvolvimento do país. O raciocínio era simples: num contexto em que a economia crescia rapidamente, era necessário capacitar o máximo de recursos humanos possível. Dada a estrutura social da população, as mulheres tinham também que participar neste esforço.

Mas para que as mulheres emiratis pudessem participar completamente no desenvolvimento do país, era necessário legitimar a sua educação, inserção profissional e, posteriormente, a sua participação política. A questão é então, porque é que tal se afigurava necessário?²

A sociedade emirati estava (e continua a estar) segmentada em termos de origem tribal. Tradicionalmente, e em menor medida, também hoje, a tribo continua a fornecer o molde cultural e étnico de referência para os indivíduos. No passado, a pertença tribal proporcionava-lhes um sentido de identidade e de segurança física contra um ambiente hostil, tanto do ponto de vista climático como da organização social. As mulheres eram parte deste colectivo, enquanto esposas, mães, filhas e irmãs dos homens a cuja vida pessoal pertenciam. Isto significa que tanto atitudes como tipos de comportamento exibidos (tanto positivos como negativos) afectavam profundamente a honra e a respeitabilidade das suas famílias.³ Por esse motivo, a seclusão das mulheres era um ideal moral, social e religioso ao qual as famílias e as próprias mulheres procuravam obedecer. De referir que a seclusão feminina era também um marco de estatuto social já que apenas as mulheres de famílias muito ricas podiam usufruir desse estilo de vida. As mulheres de camadas mais pobres tinham obrigatoriamente de contribuir para a subsistência das suas famílias, ou até mesmo de as sustentar sozinhas. Não existiam muitas possibilidades para o engajamento económico feminino nos anos pré-federação. Em parte pelo sub-desenvolvimento da economia, e em parte pela falta de actividades que fossem consideradas apropriadas para mulheres. Estas normalmente consistiam em ensinar o al-Qur'an, na venda de tecidos, perfumes, ou até mesmo cabeleireiras.⁴

² Ver CARVALHO PINTO, Vânia. *Nation, State, and the genderframing of Women's Rights in the United Arab Emirates (1971-2009)*. Reading: Ithaca. No prelo.

³ HOURANI, Albert/ RUTHVEN, Malise. *A History of the Arab Peoples*. London: Faber, 2002, pp. 105-106.

⁴ SOFFAN, Linda. *The Women of the United Arab Emirates*, London: Croom Helm, 1980, p. 68.



Semelhantes problemas enfrentava a questão da educação. No contexto de uma população largamente analfabeta, em que as meninas casavam logo após a puberdade (por volta dos 9 anos), o encorajamento da educação feminina era limitado. Era considerado que aprender a gerir uma casa e uma família era significativamente mais importante do que adquirir uma educação formal. Como é que esta situação se alterou?

A educação feminina

A educação feminina pode ser entendido como havendo se desenvolvido através da ação conjunta dos seguintes factores:⁵

Primeiro, os rapazes começaram a receber uma educação, subsidiadas pelas bolsas escolares ofertadas pelo governo, o que, anos mais tarde, os tornou mais selectivos na escolha de parceira para o casamento. Eles começaram a procurar alguém que partilhasse com eles determinados gostos e conhecimentos. Este fenómeno iniciou-se ainda nos anos 50;

Segundo, após a formação do estado (e mesmo antes), as famílias reais dos vários principados tentaram encorajar a educação feminina através do exemplo ao enviar as suas próprias filhas para a escola; e através de visitas persuasoras às famílias mais reticentes em fazê-lo;

Terceiro, principalmente após a formação do estado, o estado iniciou uma política forte de apoio ideacional à educação feminina. Esta era baseada em citações religiosas, e em discursos acerca do bem da família. As ideias centrais eram as de que o Islã era uma religião que incentivava a educação; de que ao educar uma mulher se educava uma família; e de que os futuros cidadãos beneficiariam de uma mãe que fosse capaz de o acompanhar nas tarefas escolares.

Estas ideias conseguiram gerar concordância suficiente para que, com o passar o tempo, as mulheres continuassem a ingressar nas escolas e nas universidades. Hoje em dia, o valor da educação está embricado com relativa firmeza no colectivo social emirati, mas as famílias ainda podem determinar que tipo de graduação a filha frequentará, na medida em que certas áreas de aprendizagem e trabalho (como a engenharia), ainda são consideradas inapropriadas para mulheres.⁶

⁵ SOFFAN. Op. cit., pp. 52-53, 59, 67, 70, 96; LIENHARDT, Peter. *Shaikhdoms of Eastern Arabia*, (Ahmed al-Shehi, ed.) Basingstoke, New York: Palgrave, 2001, p. 44. Estes argumentos são desenvolvidos em CARVALHO PINTO, Op. cit.

⁶ Entrevistas pessoais concedidas à autora, Sharjah, 2007.



A inserção profissional feminina

A inserção profissional feminina beneficiou-se de semelhante apoio ideacional. Este era um assunto mais complicado em promover, pois levantava questões de honra familiar e de estatuto social. Enquanto que, no passado, poucas famílias se podiam dar ao luxo de manter as suas mulheres em reclusão; nos anos 70, à medida que as condições de vida melhoravam, os homens já não necessitavam da contribuição financeira das suas esposas ou filhas. Quase paradoxalmente, esta melhora nas condições de vida foi prejudicial ao acesso feminino ao mercado de trabalho. Por um lado, a falta de necessidade económica; e, por outro, também a vontade de (finalmente) poder emular a seclusão feminina que distinguia as famílias ricas das demais. Ao longo dos anos 80, apesar das mulheres continuarem a entrar no mercado de trabalho, o aparecimento do desemprego entre os homens emiratis tornou ainda mais difícil a justificação da empregabilidade feminina. Esta era considerada um entretém, e muitos consideravam que as mulheres trabalhadoras ocupavam preciosos postos de trabalho que, por direito, pertenciam aos homens.⁷

O emprego feminino tornou-se ainda mais problemático com o surgimento de novos problemas sociais. Questões como a delinquência juvenil e o consumo de drogas entre os jovens, são frequentemente atribuídos pela imprensa e por certos segmentos da população, a mulheres trabalhadoras egoístas que favorecem o superficial em vez do bem da família. Em conjugação com este problema, emergiu também a questão do domínio linguístico das crianças emiratis.

Na sua grande generalidade, as famílias emiratis recorrem aos serviços de babás estrangeiras para cuidarem das suas crianças tanto de dia como de noite. São empregadas que geralmente vivem nas casas familiares. Aquelas são normalmente oriundas de países pobres da África e do subcontinente asiático. Como as crianças passam muito tempo com elas tem-se observado cada vez mais que a língua nativa dessas crianças tende a ser o idioma das suas babás e não o árabe. Entende-se o pânico cultural e social que tal questão suscitou numa sociedade numericamente diminuta, com 80% de estrangeiros, que já se sente sob um cerco demográfico e cultural quase inultrapassável.⁸

O estado recorreu a vários mecanismos ideacionais para justificar o emprego feminino. Entre eles também a religião, sendo argumentado que o Islã favorece o trabalho; e também o bem da comunidade e do país, na medida em que era necessário reduzir a mão-de-obra estrangeira, e

⁷ AL-ORAIMI, Suad. *Gender and Development: The Role of Women in the Formal Economic and Political Spheres in the United Arab Emirates*, Ann Arbor: UMI, 2004, p. 205.

⁸ DAVIDSON, Christopher M. *The United Arab Emirates: A Study in Survival*, Boulder: Lynne Rienner, 2005, p. 263; SABBAN, Rima. Foreign Domestic Workers in the United Arab Emirates. In: Simel Esim/Monica Smith (Eds.). *Gender And Migration In Arab States: The Case Of Domestic Workers*. Beirut: International Labour Organization, 2004, p. 91.



assim aliviar o cerco demográfico. A emergência dos problemas sociais supra-citados dificultou um pouco mais a situação; mas várias mulheres e certos escalões do estado têm tentado, com eficácia relativa, promover um entendimento diferente desta questão. Tem sido argumentado que os problemas sociais não são apenas responsabilidade das mulheres, mas da família (o que ainda é difícil de argumentar num país em que as mulheres são subjectivamente consideradas como responsáveis pelas famílias); e que a questão do excesso de babás e do tempo que passam com as crianças tem a ver com ausência de políticas de estado para providenciar cuidados maternos. O argumento tem sido que as mulheres trabalhadoras são dignas de comiseração pois enfrentam um duplo desafio. Ao saírem de casa para desempenharem o seu papel patriótico de contribuir para o desenvolvimento do país e ajudar a aliviar a dependência de mão-de-obra estrangeira; enfrentam um dilema sério em relação aos seus filhos. Considerando a falta de alternativas estatais, elas não têm outra opção a não ser entregá-los aos cuidados de babás. Se tais centros maternos fossem construídos, era argumentado, mulheres emiratis poderiam trabalhar nesses locais (o que diminuiria o problema cultural e linguístico); e as babás estrangeiras poderiam regressar ao seu país, contribuindo assim para uma redução significativa da mão-de-obra estrangeira.⁹

A participação política feminina

A participação política é uma outra questão de relevo. É necessário lembrar que a política é também um emprego, e que, portanto, é afectado pelos mesmos entraves que a empregabilidade feminina em geral enfrenta. Por outro lado, como ao se tornar política uma mulher se expõe ainda mais a homens desconhecidos, torna-se uma questão ainda mais reprovável do ponto de vista cultural, e para muitos, religioso. De referir também que as mulheres, pela sua atribuída emocionalidade e fraqueza, são geralmente consideradas como pouco propensas à tomada de decisões, o que na opinião de muitos emiratis, as desqualifica para ocupar uma posição política.¹⁰

Antes de entrar mais detalhadamente na questão da participação política feminina, gostaria de falar um pouco acerca da participação política em geral nos Emirados. Eleições e o direito de voto apenas foram introduzidos em 2006, pela ocasião das primeiras eleições emiratis, para a escolha de metade do seu parlamento – o Conselho Nacional Federal –, sendo que a outra metade

⁹ AL-BAIK, Duraid. Jobless UAE Women: Ranks of Jobless UAE Women are growing. **Gulf News**, Dubai, 19.05.2001. Online. Disponível em: <://www.mafhoum.com/press/50S2.htm>. (Acesso em: 18.08.2009); BARDSLEY, Daniel. Government Offices will soon set up Nurseries. **Gulf News**, Dubai, 25.08.2006. Online. Disponível em: <http://gulfnews.com/news/gulf/uae/government/government-offices-will-soon-set-up-nurseries-1.178351 (Acesso em: 18.08.2009).

¹⁰ Entrevistas pessoais, EAU, 2008.



continuar a ser nomeada. Os verdadeiros detentores do poder político, são os governantes de cada emirado, os Sheikhs reinantes. Antes de 2006, a participação política em geral apenas era possível por nomeação do governante. As mulheres participavam, mas de maneira informal, através de redes tribais familiares. A introdução de eleições e do direito de voto para os cidadãos do sexo masculino nunca constituiu sequer objecto de consideração. Era algo natural. Para as mulheres, contudo, era uma questão mais delicada pelas razões enumeradas acima.

Os governantes começaram a referir-se à necessidade e desirabilidade de integrar as mulheres no processo político no final dos anos 90. Destacavam a igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como o direito intrínseco que estas detinham em participar tanto na vida política, como nas estruturas de tomada de decisão do estado. Tal era descrito como um ‘processo natural’ de maturação tanto das mulheres como da sociedade emirati, pois aquelas já tinham demonstrado a sua excelência a nível educacional e profissional, o que as qualificava para a participação política.¹¹

A situação política feminina apenas se alterou quase uma década mais tarde, com a nomeação da primeira mulher ministra em 2004 para o portfolio da economia, Sheikha Lubna al-Qasimi, da família real do emirado de Sharjah. Apesar do seu currículo profissional, é possível que na percepção popular, tal nomeação tenha sido entendida como mais um caso em que um príncipe, neste caso uma princesa, se torna ministra; do que propriamente um passo histórico para as mulheres emiratis. Outras, desta feita sem ascendente real, foram nomeadas como ministras, totalizando no momento quatro mulheres ministras no governo.

Relativamente às eleições de 2006, dos quase 500 candidatos que se apresentaram, apenas 65 eram mulheres, o que mesmo assim foi considerado um número impressionante. Apenas uma foi eleita, no emirado de Abu Dhabi; e os governantes nomearam oito mulheres mais para o Conselho totalizando assim nove deputadas, numa assembleia de 40 membros.

Em pesquisas realizadas após as eleições, foi aparente que havia uma certa resignação à participação política feminina (porque afinal elas já lá estavam!); mas que inclusivamente para os candidatos do sexo masculino, a participação feminina era considerada como um teste que as mulheres teriam de passar para provarem que mereciam a participação política. Afirmavam também

¹¹ SHABAKA ALRAHAL ALEMARATIA [REDE NÓMADA EMIRATI]. *Zayed The Millennial Legend/Women in Zayed Reign*. (n.d.) Online. Disponível em:< <http://www.uaezayed.com/zayed/zayed/zayed11e.htm> >. Acesso em: 05.09.2009.



que, qualquer que fosse a contribuição das recém-eleitas deputadas, esta tinha necessariamente de se focar em assuntos familiares, que é, afinal, segundo eles, o domínio natural da mulher.¹²

Conclusão

Estas atitudes relativamente à educação, inserção profissional e participação política feminina demonstram, por um lado, que muito se alcançou nos últimos 40 anos, mas que, por outro lado, ainda existe muito a fazer. A ação ideacional estratégica do estado foi de facto crucial na legitimação destas actividades, através de um processo de re-articulação de velhos parâmetros de feminilidade e na sua re-elaboração segundo linhas nacionalistas e religiosas. Conseguiu, assim, legitimar muitas das actividades femininas no domínio público, mas a força de noções tradicionais são ainda um importante obstáculo à concretização desses objectivos.

Bibliografia

- AL-BAIK, Duraid. *Jobless UAE Women: Ranks of Jobless UAE Women are growing.* *Gulf News*, Dubai, 19.05.2001. Online. Disponível em: <://www.mafhoum.com/press/50S2.htm >. (Acesso em: 18.08.2009).
- AL-DABBAGH, May/NUSSEIBEH, Lana. *Women in Parliament and Politics in the UAE: A Study of the First Federal National Council Elections*, Dubai: Dubai School of Government; Abu Dhabi: Ministry of State for Federal National Council Affairs, 2009.
- AL-ORAIMI, Suad. *Gender and Development: The Role of Women in the Formal Economic and Political Spheres in the United Arab Emirates*, Ann Arbor: UMI.
- BARDSLEY, Daniel. Government Offices will soon set up Nurseries. *Gulf News*, Dubai, 25.08.2006. Online. Disponível em: < http://gulfnews.com/news/gulf/uae/government/government-offices-will-soon-set-up-nurseries-1.178351 > Acesso em: 18.08.2009.
- CARVALHO PINTO, Vânia. *Nation, State, and the genderframing of Women's Rights in the United Arab Emirates (1971-2009)*. Reading: Ithaca. No prelo.
- DAVIDSON, Christopher M. *The United Arab Emirates: A Study in Survival*, Boulder: Lynne Rienner, 2005.
- HOURANI, Albert/ RUTHVEN, Malise. *A History of the Arab Peoples*. London: Faber, 2002
- LIENHARDT, Peter. *Shaikhdoms of Eastern Arabia*, (Ahmed al-Shehi, ed.) Basingstoke, New York: Palgrave, 2001.

¹² Ver CARVALHO PINTO, op. cit; AL-DABBAGH, May/NUSSEIBEH, Lana. *Women in Parliament and Politics in the UAE: A Study of the First Federal National Council Elections*, Dubai: Dubai School of Government; Abu Dhabi: Ministry of State for Federal National Council Affairs. 2009, pp. 29-30, 35.



SABBAN, Rima. Foreign Domestic Workers in the United Arab Emirates. In: Simel Esim/Monica Smith (Eds.). *Gender And Migration In Arab States: The Case Of Domestic Workers*. Beirut: International Labour Organization, 2004, pp. 85-107.

SHABAKA ALRAHAL ALEMARATIA [REDE NÓMADA EMIRATI]. *Zayed The Millennial Legend/Women in Zayed Reign*. (n.d.) Online. Disponível em: <
<http://www.uaezyed.com/zayed/zayed/zayed11e.htm>>. Acesso em: 05.09.2009.

SOFFAN, Linda. *The Women of the United Arab Emirates*, London: Croom Helm, 1980.